

## A FORMAÇÃO DO BRASIL VISTA ATRAVÉS DA LITERATURA

Antonio Simão Cavalcante <sup>1</sup>

José Wellington Dias Soares<sup>2</sup>

**Resumo:** Partindo da produção literária dos escritores brasileiros José de Alencar, Machado de Assis e Lima Barreto, o presente artigo objetiva apresentar um breve panorama da formação histórico-social e político-cultural do Brasil. O trabalho se referencia em autores contemporâneos que buscam construir um “olhar” literário sobre o Brasil, como Somer (2004), Granja (1998), Chalhoub (2003) e Sevcenko (2003). Buscamos refletir quanto à construção do entendimento da arte e suas manifestações e significados no cotidiano brasileiro em seu processo de formação, partindo do princípio de que o que sustenta toda arte é a imaginação criadora, sem a qual a arte não seria possível. Os materiais analisados foram o romance *O tronco do ipê*, de José de Alencar, publicado em 1871 e de Machado de Assis, os contos “O Espelho” e “Verba Testamentária” publicados em 1882 no livro *Papéis Avulsos*.

### Introdução

O presente artigo objetiva apresentar um breve panorama da formação histórico-social e político-cultural do Brasil, utilizando como perspectiva de construção desse processo a produção literária dos escritores brasileiros José de Alencar, Machado de Assis e Lima Barreto.

Especificamente, buscamos identificar a invenção da alegoria do Brasil no sentido de construção de uma identidade nacional comum aos escritores românticos, como é o caso de José de Alencar, assim como analisar as formas como a literatura percebeu os processos de mudanças políticas, históricas, sociais e

<sup>1</sup>Mestrando em História e Letras pela UECE, pesquisador da linha 2 - Gênero, Raça e Etnia pelo Mestrado Integrado de História e Letras (MIHL). Especialista em História e Ensino pela Faculdade Kurius (FAK) em 2008 e Graduado em Licenciatura Plena em História pela FECLESC - UECE. Professor da rede pública de Ensino do município de Banabuiú -Ceará, Diretor de Cultura do município de Banabuiú - Ceará e professor acadêmico da Faculdade Kurius (FAK) e do Centro Universitário Católica de Quixadá (UniCatólica). Email: sicavalcante2009@hotmail.com.

<sup>2</sup>Possui graduação em Letras Literatura pela Universidade Estadual do Ceará (1999), especialização em Investigação Literária pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestrado em Literatura Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (2004) e doutorado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (2015) . Atualmente é professor do curso de Letras da Faculdade de Educação, Ciências e Educação do Sertão Central (FECLESC / UECE). Tem experiência na área de Literatura Brasileira, atuando principalmente nos seguintes temas: crítica literária, romance, Machado de Assis, Lima Barreto e contexto social da cultura. Participa como Colaborador do Mestrado Interdisciplinar História e Letras (MIHL), na linha pesquisa "Memórias e Historicidade" (FECLESC/UECE).

culturais do Brasil, enfatizando trechos de obras de Machado de Assis e Lima Barreto.

Para a efetivação desse trabalho algumas referências tornaram-se fundamentais no entendimento dos autores e na construção de um “olhar” literário sobre o Brasil, como Somer (2004), Granja (1998), Chalhoub (2003) e Sevckenko (2003). Outro autor importante para compreensão e reflexão quanto ao conceito de cultura foi Raymond Williams. As explicações e conhecimentos compartilhados pelos professores Dr. José Wellington Dias Soares e Dr. Tyrone Apollo Pontes Cândido também nos possibilitaram a construção de outros questionamentos e foram polindo em nós a forma ainda artificial de olhar para a História e para a Literatura, especialmente quanto ao processo dialógico desses conhecimentos tão intrinsecamente relacionados.

A primeira questão que gostaríamos de refletir é quanto à própria construção do entendimento da arte e reflexão sobre o mesmo no cotidiano. Somos sabedores de que o que sustenta toda arte é a imaginação criadora, sem a qual a arte não seria possível. No caso da Literatura, o autor mesmo representando o cotidiano necessita se distanciar dele para representá-lo. A arte não é a realidade, ela trata da realidade, apresenta a realidade ao mesmo tempo em que a significa e ressignifica. Esse processo ocorre atravessado pela cultura na qual estamos inseridos e com a qual vamos criando formas de apropriação do real para abstraí-lo através da arte.

A dimensão de experiência é algo central na obra de Thompson (2002), o que se percebe na narrativa histórica. A narrativa se caracteriza pela sucessão de acontecimentos, o que é percebido na passagem do tempo. Sabemos que algumas generalizações do passado acabam sendo reducionista por colocar o passado no sentido do conceitual. Assim, a utilização da experiência possibilita um melhor aprofundamento e reflexão quanto aquilo que está sendo analisado.

Williams (1958, p. 4) nos afirma que “A cultura é algo comum, ordinário.”, a partir desse pensamento entendemos que a cultura está em nós desde os primeiros contatos que temos com o mundo à nossa volta, independentemente do lugar do qual fazemos parte, ela se manifesta nas narrativas das memórias vividas, dos feitos e em seus múltiplos significados.

Na busca por entendimento desses significados está a produção escrita – a literatura. No entanto, apesar de construir “olhares” sobre os significados da cultura, a literatura quase sempre se posiciona em relação aos valores expressos

em cada sociedade. Assim, a produção literária pode ser, também, entendida como instrumento de manutenção do poder vigente, fazendo com que a produção literária venha a reforçar as ideias dominantes de uma sociedade, que são, nesse sentido, as ideias das classes dominantes.

Apesar dessa busca pela manutenção dos interesses e de poder pelos grupos dominantes utilizando-se da produção literária como ferramenta, a Literatura também se constitui como elemento de expressão das ideias e manifestações de um povo – inclusive as classes oprimidas e os autores não-hegemônicos ou ainda aqueles que não compactuam com a forma de ver e entender da classe dominante, como foi o caso de Lima Barreto.

Nossa análise apresenta-se dividida em três partes: a primeira apresenta a construção da identidade nacional na obra de José de Alencar, a segunda faz uma abordagem da escrita de Machado de Assis e sua relação com os acontecimentos do Brasil daquele período e a última parte busca entender como Lima Barreto expressou o Brasil de sua época de forma combativa numa literatura engajada com as causas sociais de seu tempo.

### **José de Alencar e a construção da identidade nacional**

A escrita de José de Alencar nos revela uma ideologia que busca, ao mesmo tempo, construir uma alegoria política nacional e professar o amor romântico e heterossexual. No primeiro, tem-se o desejo da construção de uma alegoria naquilo que ainda não existe, visto o processo de colonização do Brasil e, no segundo, o desejo de expressar um romantismo paternalista ancorado na inviolabilidade do desejo senhorial.

A alegoria de José de Alencar se constrói como processo de substituição daquilo que não existe nos trópicos, ou seja, se constrói de modo arbitrário, visto que o romance de Alencar não representava uma identidade nacional – não havia identidade, e sim a necessidade de construção dessa identidade, papel desempenhado pelo escritor e outros românticos de sua época.

Assim, os romancistas, buscam alegorias que possam expressar o próprio Brasil, como por exemplo, o índio e a natureza. Os escritores românticos, como é o caso de José de Alencar, desempenharam o papel de apresentar o Brasil de modo alegórico e conseguiram cumprir tal papel, pois conseguiram apresentar o Brasil

aos próprios brasileiros e ao mundo, pois, em sua busca de construção da identidade nacional, abordaram os diversos espaços geográficos do Brasil.

Apesar de serem conservadores e sustentadores da ideologia política vigente, os romances foram ousados na construção dessa identidade nacional. Sabe-se que os romancistas românticos do século XVIII, viam a colonização brasileira como um fator positivo, assim como a escravidão e a conquista. Até mesmo a vinda da Família Real para o Brasil, foi percebida como um processo de “conciliação” e “cordialidade” que possibilitou a interiorização da metrópole nos trópicos.

Os românticos negam a ideia de conflito, para Alencar não há conflitos entre etnias (brancos e índios) e sim dualidades entre índios e brancos bons e maus. A negação do conflito étnico propicia a criação de uma identidade nacional alegórica extremamente idealizada. Tal construção é perceptível nas obras alencarinhas de cunho indigenista, onde os índios são apresentados como bons selvagens vivendo em harmonia com a natureza e com os brancos portugueses.

É necessário entender ainda as contradições existentes no processo de construção de ambiguidade quanto a essa alegoria romântica. Pois enquanto o discurso literário de Alencar idealiza as relações étnico-raciais, nos cenários políticos tem-se a continuidade da monarquia, ancoradas no paternalismo e na escravidão.

Na visão de Sidney Chalhoub (1998) o que se percebe é uma relação de verticalidade e tudo que extrapola a essa relação se dá por processos de pulverização, que nos dá o sentido de ocultamento de interesses e solidariedades horizontais entre dominados, subordinados, subalternos, dependentes – tais expressões compõem um vocabulário sofisticado da ideologia paternalista. Tal ideologia apresenta como característica principal um mundo idealizado pelos senhores.

Buscando compreender as relações históricas e sociais na produção do escritor brasileiro José de Alencar, utilizamos uma de suas obras, *O tronco do Ipê* escrito no ano de 1871, pois observa-se uma forte construção de analogias entre os personagens retratados e a própria História do Brasil daquele período, bem como a visão política do autor na construção de seus personagens e mesmo no posicionamento de narrador do enredo.

*O tronco do ipê* é o romance escrito por José de Alencar em 1871, em plena maturidade, quinze anos após sua estreia com o livro *Cinco minutos*. No romance,

observa-se uma nítida preocupação do escritor em retratar os aspectos da vida brasileira no segundo Império e nos albores da República.

A obra Alencar abordou uma faceta da problemática da sociedade rural na década de 1850, sob o impulso dos primeiros ventos da libertação dos escravos. Enquanto produto de seu tempo, o livro retrata uma periodização histórica iniciada em 1839 e concluída no ano de 1857, com o fim do romance. E a relação do autor com o tempo ocorre de modo linear, progressivo e regressivo.

O livro está dividido em duas partes. A primeira apresenta a Fazenda de Nossa senhora do Boqueirão, situada às margens do rio Paraíba, nas encostas da Serra do Mar. A ação do romance acontece fundamentalmente nessa fazenda, sendo que os fatos decisivos ocorrem no Boqueirão, próximo ao tronco do ipê. A primeira parte do romance segue até o momento em que Mário se ausenta para a Europa, onde vai estudar e se formar. Na segunda parte, sete anos mais tarde, temos o regresso do protagonista e o descortinamento das principais questões enfatizadas no livro – a culpabilidade ou inocência do Barão da Espera e o amor entre Mário e Alice.

Três pontos se sobressaem, na escrita alencarina, nesta obra: saudosismo, ambiguidade e decadência. Explanarei sobre cada um desses pontos para que possamos refletir quanto a essas questões presentes no contexto do romance.

O saudosismo é uma marca presente já nas primeiras impressões que temos quanto ao romance. Já nas páginas iniciais o narrador de Alencar nos diz que:

Era linda a situação da fazenda de Nossa Senhora do Boqueirão. As águas majestosas do Paraíba regavam aquelas terras fertilíssimas, cobertas de abundantes lavouras e extensas matas virgens. A casa de habitação chamada pelos pretos *casa-grande*, vasto e custoso edifício, estava assentada no cimo de formosa colina, donde se descortinava um soberbo horizonte. (ALENCAR, 2006, p. 13).

O início do romance já demonstra o forte caráter saudosista da obra. O passado é sempre concebido como algo melhor do que o presente, ou do que estar por vir. O narrador de Alencar continua exaltando o passado e apresentando as criações tecnológicas como elementos que rompiam com a beleza desse passado idealizado, quando escreve que “... Assomava ao longe, emergindo do azul do céu, o dorso alcantilado da Serra do Mar, qual ainda o cavalo a vapor não escarvava com a férrea úngula.” (ALENCAR, 2006, p. 13).

Outro aspecto perceptível no romance é a ambiguidade com que Alencar tratou da escravidão. Apesar de o autor mencionar os escravos por diversas vezes em sua obra, inclusive, colocando personagens de destaque em situação de escravidão, como é o caso de pai Benedito, tais referências não negam a visão do autor quanto à continuidade e permanência do sistema paternalista e escravocrata.

No capítulo V, intitulado “Tia Chica”, personagem escrava, o narrador de Alencar descreve um encontro entre o protagonista Mário e pai Benedito:

- Viva papai Benedito! Gritou Mário.
- Viva!... berrou o Martinho dando no ar uma cambalhota.
- Viva o rei do Congo!
- Viva! responderam todos.
- Obrigado, meu branco, obrigado. (ALENCAR, 2006, p. 32).

Nas falas dos personagens observamos um respeito mútuo entre brancos e escravos, uma situação acalorada e pacífica entre ambos. O que se nota é um tratamento de apagamento do sofrer e das lutas dos escravizados no romance, onde não há, em qualquer situação, um discurso ou ato de resistência por parte do escravo.

No capítulo X, da segunda parte, intitulado “O Batuque”, o autor não apenas faz referências à cultura afro-brasileira, como situa uma relação hierárquica de respeito entre os brancos senhores e os negros escravizados. Os primeiros como aqueles que consentiam a celebração da cultura e os negros como os que em respeito e admiração pelo comportamento branco, ofereciam lugares privilegiados durante tal celebração, sem falar nas roupas que eram entregues como doações aos escravos para celebrarem suas festas.

Ainda neste mesmo capítulo, o conselheiro faz um discurso a respeito do tráfico negreiro, narrando em favor da manutenção do regime:

- Eu queria, disse ele concluindo, que os filantropos ingleses assistissem a este espetáculo, para terem o desmentido formal de suas declamações, e verem que o proletário de Londres não tem os cômodos e gozos do nosso escravo. (ALENCAR, 2006, p. 149).

As palavras escolhidas pelo autor nos fazem perceber o quanto à escravidão é, de fato, romantizada e negada. O que os escritos históricos nos possibilitam refletir é que o medo e a dor surgem como pilares do castigo físico, comumente aplicado aos escravos. Benci (1977, p. 139) cita como um dos problemas da

punição desregrada a diminuição de sua eficácia pela capacidade do cativo de se acostumar a ela, tanto mentalmente, pois "pouco a pouco lhe perde o medo e o temor", quanto fisicamente, pois sua pele calejada dos açoites dificultaria o expediente de lhe infligir dor.

Por fim, analiso a decadência enfatizada pelo autor ao retratar as mudanças sociais ligadas aos primeiros indícios do fim da escravidão e as possíveis mudanças daí decorrentes. Ainda no início da obra o narrador alencarino afirma que:

Tudo isso desapareceu; a fazenda de Nossa Senhora do Boqueirão já não existe. Os edifícios arruinaram-se, as plantações em grande parte ao abandono morreram sufocadas pelo mato; e as terras, afinal retalhadas, foram reunidas a outras propriedades. (ALENCAR, 2006, p. 13).

A decadência também é demonstrada a partir de alguns personagens políticos, como o conselheiro Lopes, o Sr. Domingos Paes (o Compadre) e até mesmo no título de *Barão da Espera* e não *Barão do Socorro*, como o mesmo almejava.

O contexto do romance, que se dá principalmente na década de 1950, já sob o impulso dos primeiros ventos de libertação dos escravos. Com as ideias libertárias, as fazendas sentem-se desprotegidas ou abandonadas e os seus sons fluem para a corte – para a cidade. É o início do êxodo dos campos para a cidade e a influência para a vida urbana.

### **Analogias entre personagens machadianos e a história do Brasil**

Aqui buscaremos compreender a relação entre a produção do escritor brasileiro Machado de Assis e a relação desta com descortinamento dos processos históricos do Brasil. Para tal, iremos trabalhar com dois contos do escritor, “O Espelho” e “Verba Testamentária”, pois observa-se em ambos a construção de analogias entre os personagens retratados e a própria História do Brasil daquele período.

Nesse sentido, a ideologia paternalista é uma das questões mais presentes na literatura de Machado de Assis, essa ideologia se expressa através da concessão de favores – já que os senhores não cedem a pressões nem reconhecem os direitos adquiridos em lutas sociais.

A alteridade dos subalternos não encontrava lugar na ideologia senhorial, pois quando esses sujeitos conseguem realizar suas necessidades e vontades, essas são vistas como mera concessão dos senhores ou como uma simples extensão de sua inviolabilidade.

Os territórios de diálogos dos subalternos são visibilizados por Machado de Assis, especialmente na construção de seu narrador que se apresenta a partir de um estilo “limpo e nítido” (GRANJA, 1998, p.89). O escritor debruça-se sobre o ponto de vista do dominado e nos revela as diferentes formas que esses sujeitos fictícios criativamente recriam tais relações.

Apesar de um nítido enredo da dominação paternalista, apresentado pelo escritor, notamos que os personagens subalternos não se mostram de forma passiva, demonstrando sua capacidade de atingir objetivos de modo criativo, reforçando os rituais de subordinação, seja em processo de ratificação desse paternalismo ou na construção de um contratexto, esse muitas vezes ambíguo e de aparência ingênua.

Machado de Assis possuía consciência de classe diante daquela sociedade em transformação social e econômica. Sua literatura demonstra claramente essa consciência, embora tenhamos que admitir que a consciência não seja determinada, porém a escrita machadiana é atravessada por experiências, que possivelmente o próprio Machado tenha vivido, aí compreendemos que muitos de seus personagens trazem à tona tais experiências vividas pelo autor, uma vez que a nossa experiência é determinada pelo meio social em que nos encontramos desde nosso nascimento.

Quanto aos aspectos históricos presentes nos contos, percebemos em “O Espelho” foi publicado no ano de 1882 na *Gazeta de Notícias* e no mesmo ano foi colocado no livro *Papéis Avulsos*. Para alguns críticos de Machado de Assis, o conto apresenta-se como ápice do amadurecimento literário do escritor.

Trata-se de uma nova teoria da alma humana, mais uma leitura mais atenta nos deixa pistas da metáfora do espelho que reflete a nós mesmos e nos faz perceber o quanto somos contraditórios. Assim a dualidade das duas almas (interna e externa) revela a eterna luta que travamos entre consciente e inconsciente.

Poderíamos abordar o conto dentro dessa perspectiva psicológica e encontramos diferentes argumentos que reforcem essa intenção. No entanto, pretendemos extrair do conto, mesmo que de forma sutil, a relação da literatura

machadiana, revelada em seu narrador com os acontecimentos históricos do Brasil da segunda metade do século XIX.

Quando Machado de Assis escreveu o conto, o movimento abolicionista ganhava cada vez mais força no Brasil, fato que levou a aprovação, em 1871, da primeira lei abolicionista de nossa História. Assim, na escrita do conto, o narrador machadiano nos deixa claro que a abolição seria um caminho sem volta, ao contrário do que pensavam alguns senhores escravagistas da época.

O narrador do conto nos diz:

[...] - Ouçam-me. Na manhã seguinte achei-me só. Os velhacos, seduzidos por outros, ou de movimento próprio, tinham resolvido fugir durante a noite; e assim fizeram. Achei-me só, sem mais ninguém, entre quatro paredes, diante do terreiro deserto e da roça abandonada. Nenhum fôlego humano. Corri a casa toda, a senzala, tudo; ninguém, um molequinho que fosse. Galos e galinhas tão-somente, um par de mulas, que filosofavam a vida, sacudindo as moscas, e três bois. Os mesmos cães foram levados pelos escravos. (ASSIS, 1994, v. II).

Em poucas linhas antes do trecho acima citado, o narrador machadiano utiliza-se de um recurso da escrita, que reforça a ideologia senhorial, a partir do processo de ratificação do paternalismo. O narrador nos diz:

Os escravos punham uma nota de humildade nas suas cortesias, que de certa maneira compensava a afeição dos parentes e a intimidade doméstica interrompida. Notei mesmo, naquela noite, que eles redobravam de respeito, de alegria, de protestos. Nhô alferes, de minuto a minuto; nhô alferes é muito bonito; nhô alferes há de ser coronel; nhô alferes há de casar com moça bonita, filha de general; um concerto de louvores e profecias, que me deixou extático. Ah! pérfidos! mal podia eu suspeitar a intenção secreta dos malvados. (ASSIS, 1994, v. II).

Considera-se ainda que a escrita do conto nos oferece pistas para o fim da monarquia, visto que os parâmetros de sustentação dessa sociedade começavam a ruir naquele momento histórico. Afinal a escravidão foi o sustentáculo do paternalismo monárquico. O narrador de Machado compara a Monarquia com a tia Marcolina, quando afirma:

Ora, um dia recebeu a tia Marcolina uma notícia grave; uma de suas filhas, casada com um lavrador residente dali a cinco léguas, estava mal e à morte. Adeus, sobrinho! adeus, alferes! Era mãe extremosa, armou logo uma viagem, pediu ao cunhado que fosse com ela, e a mim que tomasse conta do sítio. Creio que, se não fosse a aflição, disporia o contrário; deixaria o cunhado e iria comigo.(ASSIS, 1994, v. II).

A Monarquia dava sinais de esgotamento, o rei D. Pedro II não conseguiria manter o governo por muito tempo, precisamente seis anos separam o fim do II Reinado da escrita do conto que já o antecipava.

E se o conto se dá através de uma previsão do futuro (aqui interpretada), ousou afirmar que a “farda de alferes” seria a nova roupagem política de um Brasil posterior à monarquia esgotada. Ou seja, um Brasil republicano que é enfatizado no conto como: “Essa alma ausente com a dona do sítio, dispersa e fugida com os escravos, ei-la recolhida no espelho.”.(ASSIS, 1994, v. II).

Já em “Verba Testamentária” percebemos diferentes leituras apresentadas pelo escritor, em especial, seu posicionamento crítico sobre as concepções científicas da sua época. Mais uma vez, o escritor ironiza, através de seus personagens, a ciência e a própria realidade social brasileira.

O início do conto apresenta o desejo do defunto quanto à construção de seu caixão. Assim, como em *Helena* (1876) percebe-se a inviolabilidade da vontade soberana do morto em relação aos vivos. Em “Verba Testamentária” a solicitação do morto é visto com respeito e valorização, exceto pelos demais fabricantes de caixão. Mais uma vez, a concessão da vontade do senhor apresenta-se na narrativa machadiana ao afirmar que “aquela mão, saindo do abismo para abençoar a obra de um operário modesto, praticara uma ação rara e magnânima.” (ASSIS, 1994, v. II).

Assim como no conto “O Espelho” também encontramos em “Verba Testamentária” uma profunda relação da literatura machadiana, revelada através dos descortinamentos históricos do Brasil da segunda metade do século XIX.

Machado de Assis já percebia o fim da monarquia e as possibilidades de mudanças concretas nos rumos da política nacional. O narrador machadiano menciona que: “Não venho restaurá-la. Esquecer é uma necessidade. A vida é uma lousa, em que o destino, para escrever um novo caso, precisa apagar o caso escrito. Obra de lápis e esponja. Não, não venho restaurá-la.(ASSIS, 1994, v. II).

Noutra passagem do conto, refere-se ao passado nacional, ao narrar a história de vida de seu personagem principal, o Nicolau. Machado descreve que:

Morreu-lhe o pai em 1807 e a mãe em 1809; a irmã casou com um médico holandês, treze meses depois. Veio o grito do Ipiranga; Nicolau meteu-se na política. Em 1823 vamos achá-lo na Constituinte. Não há que dizer ao modo por que ele cumpriu os deveres do cargo. Íntegro, desinteressado, patriota, não exercia de graça essas virtudes públicas, mas à custa de muita tempestade moral. (ASSIS, 1994, v. II).

Notamos que entre a morte do pai em 1807 e da mãe 1809, demarca um período de transição da nossa história. O ano de 1807 foi o último ano em que o Brasil foi, de fato, colônia portuguesa e, em 1809, a família Real que chegara um ano antes já estava instalada nos trópicos e elevou o Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves. Portanto, a separação de datas, no conto, deixa muito clara, a menção à chegada da corte no Brasil e as mudanças acarretadas a partir desse fato histórico.

Outro episódio da História do Brasil é demarcado no conto, a Revolução de 1831, ano em que o Brasil se viu sem o imperador, já que o mesmo teria abdicado o trono em favor de seu filho. O rei tinha assuntos políticos a resolver em Portugal com seu irmão D. Miguel. No conto se escreve que “A dor do Nicolau foi profunda e verdadeira; mas a cura interrompeu-se logo, porque ele desceu ao Rio de Janeiro, onde o vamos achar, tempos depois, entre os revolucionários de 1831”. (ASSIS, 1994, v. II).

Logo em seguida o conto diz que “Esse homem, que inspirava entusiasmos e ódios, cujo nome era repetido onde quer que o Nicolau estivesse, na rua, no teatro, nas casas alheias, tornou-se uma verdadeira perseguição mórbida, daí o fervor com que ele meteu a mão no movimento de 1831.” (ASSIS, 1994, v. II).

O que se sabe é que uma multidão de cerca de 4.000 mil pessoas se aglomera, agitada no então campo de Aclamação, “... enquanto outros tantos indivíduos espalham-se, no mesmo estado de ânimo, pelas principais ruas do centro da cidade.” (BASILE, 2013, p. 01).

O conto expressa as motivações mais diversas e profundas, que estavam na raiz desse movimento, fazendo do ano de 1831 um recorte histórico de grandes apreensões e incertezas, levando ao período de regências que governaram o Brasil a partir desse ano até o golpe da Maioridade em 1840.

Os contos “O Espelho” e “Verba Testamentária” foram publicados no ano de 1882 no livro *Papéis Avulsos*, no primeiro encontramos uma análise aguçada sobre o comportamento humano, comportamento esse intimamente ligado ao ideário político, social e cultural do Brasil de Machado de Assis. O que se nota em “O Espelho” é a presença de uma alma “externa” profundamente ligada a *status* e prestígio social, especialmente na construção da imagem que os outros fazem de nós, enquanto a alma “interna” liga-se a nossa personalidade.

O que percebemos em “Verba Testamentária” é um caráter atemporal do conto e sua severa crítica social, percorrendo os limites do contexto estético-histórico-social e negando a maneira como tais conceitos se relacionavam às vivências da sociedade paternalista.

### **Lima Barreto – um mergulho no caos nacional**

Lima Barreto foi um escritor que presenciou um período de transição do Brasil entre os séculos XIX e XX. Certamente não foi compreendido pelos autores de seu tempo, tampouco pelos iconoclastas da vanguarda modernista, e chegou a criticar ambos em sua literatura engajada.

O que percebemos em Lima é uma literatura militante e expressa desde a escolha de seus personagens, fazendo com que esses possam revelar ao máximo o contexto social que está sendo retratado e onde o cenário possa compor o maior volume possível da realidade social – pelo menos, o real não visto, não percebido pela literatura vigente, um real incômodo, mas que Lima descortinava com sua literatura áspera e visceral.

De acordo com Sevcenko (2003, p. 167) a estética barretiana:

[...] por meio do viés do jornalismo, se distinguiria principalmente pela simplicidade, pelo despojamento, contenção e espírito de síntese, aplicados à linguagem narrativa; enquanto que o tratamento temático se voltaria para o cotidiano, os tipos comuns, as cenas de rua, os fatos banais e a linguagem usual.

Depreende-se da leitura de Lima Barreto que a realidade não fala por si, sendo necessário que ela seja muitas vezes exagerada criticamente e até ironicamente, para o autor a ironia vem da dor. A ironia vem nas obras enquanto um recurso literário que também utiliza-se da mistura de estilo e na maioria das

vezes se usa uma linguagem despojada mais próxima possível dos personagens que retratava.

Na visão de Sevcenko (2003, p. 168) Lima Barreto apresentava uma certa visão utópica em relação ao papel da Literatura, pois “Sua concepção cruamente utilitária da arte o fazia concebê-la como uma força de libertação e de ligação entre os homens.”.

### **Considerações finais**

“Messeigneurs, vous êtes tous empoisonnés.”<sup>3</sup>

Somos sabedores de que nenhuma obra de arte é capaz de dar conta do que é a sociedade de seu tempo, mas é inegável a presença de um recorte dessa mesma sociedade retratada na obra literária.

Acredito que não existe uma arte que não seja compromissada com seu tempo. O próprio ato de abstrair a realidade já denota um trabalho de apreensão do real e transformação desse real através da arte. Quando se trata da escrita, essa significa tomar posição diante dos valores da vida, da sociedade e interpretação da própria humanidade.

Em José de Alencar percebemos a preocupação do romancista ao tratar de aspectos da vida brasileira nos anos finais da monarquia, já tão duradoura em nossa realidade histórica e política. O escritor, embora romântico, já anunciava as mudanças significativas no modo de ver e entender a sociedade brasileira – dentre essas mudanças os primeiros ventos do abolicionismo que irrompia lentamente com o sistema paternalista.

Quanto ao trabalho de Machado de Assis, considero que o narrador da crônica de machado já o distinguia, pois não se apresentava como um narrador comum, mas como um narrador marcado por uma superioridade, criado por um genial escritor e jornalista, com um estilo nítido e limpo. Assim, esse narrador ocupa uma posição superior em relação ao leitor, justamente pela forma como ele comenta sobre os assuntos.

Outrossim, é que a visão estrutural da sociedade que Machado constrói nos anos em que escreveu para o jornal vai acompanhá-lo até seus romances, o que se

---

<sup>3</sup> Senhores, vocês estão todos envenenados. Ver Sidney Chalhoub, *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, capítulo II.

observa pelo narrador, especialmente no que se refere à superioridade do texto, evidenciado pelas referências da tradição cultural.

Enquanto Machado de Assis foi um escritor centrado, porém com uma escrita ambígua, já que utilizou como estratégia está dentro da elite e fazer críticas a ela, inclusive muitas vezes parecendo ratificar as ideias dessa elite, Lima Barreto foi um escritor completamente engajado com as mazelas sociais de seu tempo – tanto no sentido político, como em sua própria profissão de escritor, essa vista como uma atividade que visava atingir o futuro.

Acredito que Lima Barreto tivesse consciência quanto a importância de sua literatura, muitas de suas crônicas possuem caráter atemporal e tecem críticas aos modelos da política atual como se o autor estivesse escrevendo em pleno século XXI.

O fato é que ambos os autores criticavam a forma como o Brasil estava, cada um à sua maneira. Enquanto Machado criticava a Monarquia, Lima Barreto fez duras críticas à República. Assim, ambos se completam, pois possuem pontos de vista diferentes sobre a mesma realidade – o Brasil.

### **Referências**

ALENCAR, José de. *O tronco do Ipê*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Editora Ática, 2006.

ASSIS, Machado de. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. II.

BASILE, Marcello. A Revolução do 7 de Abril de 1831: disputas políticas e lutas de representações. *XX Simpósio Nacional de História*. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal – RN, 22 a 26 de julho de 2013.

BENCI, Jorge. *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: ed. Companhia das Letras, 2003.

GRANJA, Lúcia. A língua engenhosa: “O narrador de Machado de Assis, entre a invenção de histórias e a citação da história”. In: CHALHOUB, Sydey e PEREIRA,

Leonardo Affonso de Miranda. *A história contada*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 85-117.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOMMER, Doris. “O guaraníe Iracema: um indigenismo de duas faces”. In: *Ficções de fundação. Os romances nacionais da América Latina*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

THOMPSON, Edward. *Os Românticos. A Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

WILLIAMS, R. *A cultura é de todos (Culture is Ordinary)* 1958. Tradução Maria Elisa Cevalco. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/68474445/A-Cultura-e-Ordinaria>. Acessado em 20/04/2017.